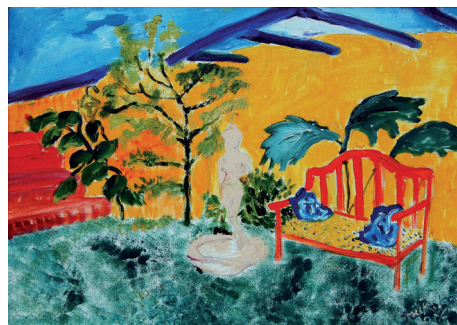


As relações luso-brasileiras nos anos 1950

Neste texto, analiso as relações Brasil-Portugal entre a Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1960. O ápice do entrosamento diplomático deu-se durante o governo Kubitschek (1956-1961). O esforço despendido por Portugal com vistas a manter suas colônias asiáticas e africanas é a principal chave analítica para explicar a intensidade dessas relações bilaterais.

Palavras-chave: Portugal, Brasil, bilateralismo, lusofonia.



The Luso-Brazilian relationships in the 1950s

In this paper I analyse Brazil-Portugal relations from WWII until the mid-1960s. The apex of [their] diplomatic teamwork occurred during the Kubitschek government (1956-1961). Portugal 's effort to keep its Asian and African colonies is the main analytic key explaining the intensity of these bilateral relations.

Key words: Portugal, Brazil, bilateralism, lusofonia.

Williams Gonçalves:
Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Do período que se segue à Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1960, as relações Brasil-Portugal foram marcadas pela intensidade, pelo alto grau de participação da sociedade e pela importância que os dois Estados a elas emprestavam. Desde que a independência do Brasil foi proclamada, nunca os dois países marcharam tão juntos como nesses anos. O ápice do entrosamento diplomático deu-se no período governativo do Presidente da República Juscelino Kubitschek (1956-1961), que, ao estabelecer amizade pessoal com o Presidente do Conselho de Ministros António de Oliveira Salazar, estreitou ainda mais as relações com Portugal. Diversos fatores contribuíram para que isso acontecesse. Entre os mais importantes destacamos: a expressiva presença de imigrantes portugueses no Brasil; a estratégia do Estado português para conservar o Império Ultramarino; e a posição periférica do Brasil na estrutura do sistema internacional.

Entre essas variáveis, consideramos o conjunto de ações políticas implementadas pela diplomacia portuguesa visando à conservação do seu Império como a variável central. As demais, a serem mais refinadas ao longo da análise, em grande medida dela dependeram para a composição do complexo quadro das relações dos dois países. Em outros termos, entendemos ter sido o esforço despendido por Portugal com vistas a manter sob sua soberania as colônias asiáticas e africanas a chave analítica que nos permite elucidar as razões dessas intensas relações bilaterais.

2. O novo sistema internacional que se estrutura ao fim da Segunda Guerra revelava-se bastante adverso a Portugal. A disposição anunciada pelo governo norte-americano de atuar no sentido de promover o livre-comércio internacional, por entender ser esta importante condição de bom funcionamento da economia capitalista e indispensável contribuição para a paz mundial, ia de encontro ao pacto que garantia proteção e privilégios aos interesses metropolitanos em suas respectivas colônias. E a Carta de São Francisco, documento básico na fundação da Organização das Nações Unidas, apresentava, por sua vez, o compromisso dos Estados signatários de trabalhar para a supressão da dominação colonial; compromisso esse logo depois reforçado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. No plano dos princípios que

passavam a organizar a ordem internacional, nada parecia favorecer os planos dos governantes portugueses de não abrir mão da soberania sobre suas possessões coloniais.

A proclamação da independência da Índia e do Paquistão, em agosto de 1947, constituía prova cabal que nova era estava se abrindo. Tal acontecimento revestia-se de excepcional importância para o governo português. Comportava, por assim dizer, tanto efeitos de curto como de mais longo prazo para sua política internacional. Ao mesmo tempo em que abria, embora isso não fosse imediatamente percebido, nova etapa no relacionamento com o Brasil.

No concernente ao efeito de mais longo prazo, em primeiro lugar, em virtude dessas independências, Portugal via se abrir inacreditável precedente no mundo colonial. A Inglaterra que, ao longo de séculos, apoiara a estratégia marítima portuguesa, via-se forçada a ceder ante a pressão exercida pelo Partido do Congresso em favor da autonomia. Muito embora os dois novos Estados independentes aceitassem permanecer na *Commonwealth* sob a condição de domínios, o fato é que se evidenciava: de um lado, a perda de *status* internacional da Inglaterra, que, debilitada pela guerra, não se achava mais em condições de pura e simplesmente impor sua vontade pela força das armas, como tantas vezes fizera no passado; e, de outro lado, a maturidade política alcançada pelas forças nacionalistas indianas, que se mostravam decididas a explorar em seu favor as oportunidades que o novo contexto internacional lhes oferecia. Ou seja, se a outrora poderosa Inglaterra não se achava em condições de resistir à força dos ventos descolonizadores que começavam a soprar, caracterizando o fenômeno denominado por Bull (1989) como “a revolta contra o Ocidente”, o que faria então o Estado português isoladamente para conservar seu Império Ultramarino?

O efeito político de curto prazo da independência da Índia na política internacional de Portugal dizia respeito ao futuro de Goa, Damão e Diu. Posto diante da reivindicação indiana de integrar ao novo Estado independente os três pequenos territórios sob soberania portuguesa, e então conhecidos como o “Estado Português da Índia”, o governo de Oliveira Salazar recusou-se terminantemente a retirar-se dos territórios reclamados pelos indianos e atribuiu à questão o estatuto de decisão estratégica. Isto é, passou a trabalhar politicamente com a ideia de que a defesa do

Império Colonial começava em Goa. A sorte de todo o Império passava a depender, portanto, da conclusão da disputa por Goa. Caso perdesse os territórios para a União Indiana, interpretavam os portugueses que tudo desmoronaria rapidamente, e Portugal, sem seu Império, não teria mais futuro como nação independente.

Para se prevenir contra esse desastroso cenário, algumas importantes decisões foram tomadas. A primeira delas foi rever o Acto Colonial pelo qual a denominação colônia foi substituída pela de província ultramarina. Do ponto de vista formal, Portugal deixava assim de possuir colônias para ter, conforme o aprovado em maio de 1951, províncias ultramarinas. A designação oficial voltava a ser Império Ultramarino Português, como na época da I República, e não mais Império Colonial Português, como passara a chamar-se a partir de 1936. A segunda decisão de grande importância foi a de renegociar com os Estados Unidos o acordo de concessão do arquipélago dos Açores, para que os norte-americanos pudessem manter a base militar que lá haviam instalado. Com isso o governo julgava salientar a relevância da posição de Portugal como membro da OTAN e obter, quando julgasse conveniente, o apoio político daquele país. Somou-se a essas duas decisões aquela de valorizar economicamente as colônias, sobretudo Angola. Isso foi feito mediante a desregulamentação da economia, para alcançar os objetivos de despertar nos grupos econômicos nacionais o interesse pelos investimentos e estimular os emigrantes a trocarem outros destinos em favor da África.

Além dessas medidas, a estratégia portuguesa incluía também a aproximação diplomática junto ao Brasil. Para o governo de Portugal, a posição brasileira a respeito da questão Goa revestia-se de fundamental importância. Politicamente excluído do mais influente foro político internacional, em virtude da rejeição da ONU ao seu pedido de entrada, Portugal percebia o Brasil como país fundamental para sua estratégia de defesa do Império Ultramarino. Isso porque era o Brasil uma ex-colônia de grande expressão política na América Latina, que, além de ser membro fundador da ONU, estava integrado ao contexto geopolítico do Atlântico Sul. Caso fosse bem cooptado, o Brasil poderia se constituir em canal para obtenção do apoio dos países latino-americanos, assim como não seria difícil chamar a atenção dos estrategistas brasileiros para o destino político de Angola, rica colônia ribeirinha do Atlântico Sul, caso Portugal viesse a

perdê-la. O êxito diplomático português dependia, em grande medida, da maneira como os brasileiros percebessem o problema. Tudo dependia da diplomacia brasileira entender que o que estava em jogo não era apenas o interesse nacional português, mas também os interesses brasileiros.

Três linhas de ação foram desencadeadas pelo governo português para acercar-se do Brasil e conquistar seu apoio para a luta pela manutenção do Império Ultramarino. Uma, foi aquela executada no plano intelectual, que constou do convite formulado ao antropólogo Gilberto Freyre, para viajar e conhecer a realidade das províncias ultramarinas portuguesas. Outra se deu no plano diplomático propriamente dito, que se compunha da retomada das negociações para assinatura do Tratado de Amizade e Consulta e Criação da Comunidade Luso-Brasileira. E uma terceira linha de ação, de natureza política, consistia no trabalho a ser desenvolvido pela Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, com vistas a mobilizar os numerosos amigos de Portugal colocados no Congresso Nacional, no Ministério das Relações Exteriores e nos meios de comunicação social. Essa linha de ação, com o passar do tempo, revelou-se bastante eficaz ao receber a entusiasmada adesão da colônia de imigrantes na então capital brasileira.

Vale observar o seguinte: essas diretrizes indicavam objetivos perfeitamente exequíveis, pois apesar de ter elaborado um objetivo estratégico que não poderia resistir à ação do tempo, porquanto as tendências a predominar no sistema internacional eram aquelas que apontavam na direção do processo de descolonização, a diplomacia portuguesa foi extremamente competente ao perceber como poderia envolver a diplomacia brasileira nessa sua inglória defesa do colonialismo. A maneira como as elites políticas e intelectuais brasileiras viam o Brasil e, também, a maneira como interpretavam a inserção do Brasil no sistema internacional que se estruturara no pós-Segunda Guerra Mundial favoreciam extraordinariamente os designios portugueses.

3. O Brasil no início dos anos 1950 era um país que apenas começava a dar os primeiros passos no caminho da modernização. Mudanças significativas haviam sido introduzidas nos primórdios da década de 1930. Como consequência direta da crise do capitalismo norte-americano a economia cafeeira, principal fonte de receitas do Estado brasileiro, entra-

ra em colapso instantaneamente, e, por coincidir com a luta política eleitoral pela sucessão do Presidente da República de então, provocou aguda crise política que dividiu as oligarquias e levou ao rompimento da ordem institucional. Para escapar da crise que tomava conta da economia mundial, e para dar vida às convicções há muito alimentadas pelos líderes revolucionários saídos do sul do país, verifica-se a partir daí a implementação de um projeto de industrialização. Em sua etapa inicial, tal projeto consistia em criar as infraestruturas física, econômica, jurídica e administrativa a partir das quais deveria assentar-se a industrialização nacional. O processo ganhou considerável impulso com a implantação do Estado Novo, em 1937, e com o aprofundamento da crise internacional que rompeu a unidade entre as potências que ocupavam a cúpula do sistema internacional de poder. Ao administrar as tendências políticas simpáticas aos regimes autoritários ascendentes e as simpáticas aos Estados Unidos que coexistiam no seu governo, Getúlio Vargas promove bem-sucedida política diplomática. Negociando simultaneamente com norte-americanos, alemães e italianos, e a todo o tempo acenando também com a possibilidade de maior aprofundamento dessas relações, as quais poderiam se traduzir imediatamente em fornecimentos de matérias-primas, concessões de bases militares e outras facilidades importantíssimas em tempo de guerra, a diplomacia do governo Vargas obtém vantagens excepcionais, como os capitais e a tecnologia para a instalação da siderúrgica de Volta Redonda, concedidos pelos Estados Unidos, que, muito provavelmente, jamais o faria em situação de estabilidade internacional.

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, a política de barganha chega ao fim. Ainda assim, a diplomacia brasileira colhe êxitos notáveis. Integrando a grande aliança contra o nazi-fascismo o Brasil comparece ao campo de batalha e se faz presente nos foros internacionais onde vai sendo organizada a nova ordem internacional. Participa da Conferência de Bretton Woods e figura como membro fundador da Organização das Nações Unidas.

A diplomacia do período de pré-guerra e a participação direta na guerra proporcionaram algumas inegáveis vantagens. Além dos benefícios relativos ao esforço de industrialização, ganhou-se também em projeção internacional e em conhecimentos e experiência para setores das elites do país. Todavia, a nova estrutura bipolar do sistema internacional e o

desencadeamento da Guerra Fria criaram sérios limites para a consecução da política de industrialização. A condição hegemônica dos Estados Unidos, no mundo ocidental e no Hemisfério Sul, tornara-se inquestionável, e as áreas de tensão e conflito, por sua vez, estavam situadas na Europa e na Ásia. Em tal contexto o conjunto da América Latina figurava como uma área geopoliticamente pacífica e estável, sob a égide norte-americana. O projeto de industrialização do Brasil e a perspectiva dos governantes do país de continuar a contar com a ajuda dos norte-americanos passaram a esbarrar, em virtude dessa nova disposição das forças no tabuleiro internacional, na política elaborada pelas elites dos Estados Unidos de não mais prestar ajuda governamental aos demais, transferindo essa atribuição aos capitais privados do país. Na verdade, na ótica dos estrategistas daquele país, a relação dos Estados Unidos com a América Latina devia simplesmente obedecer à lógica da complementaridade econômica, pela qual essa última funcionaria como fornecedora de produtos primários, e eles como vendedores de produtos manufaturados. Para as autoridades governamentais norte-americanas só fazia sentido prestar ajuda àquelas áreas que viviam situação de instabilidade, e onde havia reais possibilidades de os partidos comunistas alcançarem o poder.

As elites brasileiras custaram um pouco a entender as limitações trazidas tanto pelo novo sistema como pela nova ordem internacionais. Ao mesmo tempo em que colaboravam ativamente com os Estados Unidos para a montagem de todo o dispositivo institucional voltado para a defesa hemisférica contra o suposto expansionismo soviético, continuavam a acreditar que seu espírito de colaboração acabaria sendo reconhecido e recompensado com ajuda econômica. Não obstante todos os sinais dados pelos Estados Unidos de que seu interesse na região restringia-se à dimensão da segurança, persistia a ideia, entre as elites do país, de que os norte-americanos poderiam apresentar algo semelhante a um Plano Marshall para a América Latina. Até mesmo Getúlio Vargas, que retornara à Presidência da República eleito pelo voto popular após ter sido deposto pelos militares, trabalhou com a hipótese segundo a qual a ajuda seria possível por meio da reedição da política de barganha que praticara no período pré-guerra.

No plano da discussão intelectual, quase nenhuma atenção era dada à questão relativa ao lugar do Brasil na estrutura do sistema internaci-

onal. Naquele momento, o tema mais palpitante continuava sendo o da identidade nacional, que começara a agitar os meios culturais no início da década de 1920. As discussões concernentes ao perfil do povo brasileiro e à existência de uma autêntica cultura nacional, além, é claro, dos debates referentes ao futuro político do país dominavam amplamente a atenção dos intelectuais. Em relação ao exterior, apesar de todas as iniciativas de valorização da cultura nacional, continuava-se a reverenciar as conquistas culturais europeias. E nesse contexto Portugal ocupava lugar de grande destaque. No campo dos estudos literários e dos estudos jurídicos, sobretudo, os estudiosos e escritores brasileiros conservavam sua profunda admiração pelos autores e pelas instituições portuguesas. Nomes como os de Luís de Camões, Eça de Queirós e Camilo Castelo Branco não podiam faltar em nenhuma respeitável estante literária, assim como a Universidade de Coimbra mantinha-se como especial referência acadêmica para grande número de intelectuais do país. Não seria exagerado dizer que, nos meios intelectuais brasileiros, vigia forte corrente lusa.

Entre os principais intelectuais a contribuir para novo entendimento acerca do povo e da cultura nacionais brasileiros e que nutria, simultaneamente, grande simpatia por Portugal estava Gilberto Freyre. O autor de “Casa grande e senzala” (1933) vinha de realizar profunda e profícua intervenção intelectual no debate brasileiro. Indo de encontro às teses arianistas então dominantes, segundo as quais o progresso do Brasil estava a depender do embranquecimento de seu povo, o que significava, naturalmente, a eliminação das marcas étnicas deixadas pela escravidão negra, Freyre (1973) afirmava a personalidade mestiça do povo brasileiro. Característica nacional essa que, segundo ele, constituía valiosa vantagem civilizatória e conseqüente motivo de orgulho. E para a obtenção dessa vantagem, na interpretação contida em “O mundo que o português criou”, livro publicado em 1940, fora determinante a natural inclinação do elemento português para a miscigenação, resultante, ela própria, da formação miscigenada do povo de Portugal. Ao estruturar essa interpretação, Freyre desqualificava, portanto, a ideia de que o Brasil seria muito melhor caso houvesse sido colonizado por europeus de outra matriz cultural que não a ibérica. Ao procurar infundir orgulho no elemento nacional em virtude da sua formação mestiça, Freyre (1940) chamava a

atenção para o papel insubstituível da colonização portuguesa de criadora de civilização nos trópicos.

Não foi por mero acaso, como se pode concluir, que o governo comandado por Oliveira Salazar convidou Gilberto Freyre a realizar o périplo pelo Império Ultramarino. Contavam as autoridades portuguesas com o poder da pena de Freyre para recompor a imagem de Portugal no mundo. E o antropólogo brasileiro soube corresponder às expectativas nele depositadas. Submetendo-se com docilidade ao rígido roteiro imposto pelas autoridades coloniais portuguesas, que cuidaram para que ficasse longe de suas vistas qualquer coisa que comprometesse a imagem de Portugal como potência civilizadora e cristianizadora, Freyre (1980) percorreu todas as partes do Império e, logo a seguir, em 1953, publicou dois livros: “Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação” e “Um brasileiro em terras portuguesas”. Livros esses que serviram para corroborar suas teses e lançar os fundamentos da Teoria Luso-Tropicalista.

“Aventura e rotina” apresenta amplo painel no qual Freyre (1980) retrata as características comuns existentes em todas as áreas de colonização portuguesa. Constam observações sobre os hábitos, os costumes e os tipos humanos. Detém-se particularmente nas formas exteriores de religiosidade, nas práticas alimentares e na arquitetura desenvolvidas pelos povos asiático e africano, buscando sempre identificar os elementos próprios e derivados da ação colonizadora portuguesa. As observações de natureza política são raras. E, sempre quando se arrisca a alguma observação mais crítica à ditadura salazarista, esta é acompanhada de críticas ao funcionamento da democracia brasileira, num jogo de contrastes em que se evidencia a vontade de mostrar que, se a ditadura tem defeitos, a democracia também os têm.

“Um brasileiro em terras portuguesas” está dedicado à exposição da teoria luso-tropicalista que, em “Integração portuguesa nos trópicos”, ele assim sintetizou: “A especialização no estudo sistemático do processo ecológico-social de integração de portugueses, descendentes de portugueses e continuadores de portugueses em ambientes tropicais.” (FREYRE, 1958, p.9).

Gilberto Freyre, com base nessa sua teoria antropológica, formou a ideia de que o mundo que o português criou constituía excepcional capi-

tal político internacional, capaz de projetar o Estado que viesse a liderá-lo. E também nunca escondeu a ideia de que considerava o Brasil como o verdadeiro epicentro desse mundo, embora a apresentasse sempre de maneira sorrateira, como se dando a entender que de nada adiantaria anunciar aquilo, cuja importância as elites intelectuais e diplomáticas brasileiras não conseguiam atentar por si próprias. Punha-se ele, assim, a serviço do Estado português por reconhecer nele a competência política que faltava aos que dirigiam o Estado brasileiro.

Em “Aventura e rotina”, Freyre (1980, p.175) expõe essa posição com clareza:

Aos poucos, outros continuadores de Rio Branco se convencerão de que, se fosse vivo o Barão, estaria, liberto de qualquer arianismo, pensando nesses povos e nas relações com o Brasil com um mundo novo que se levanta: um mundo de gente de cor como, aliás, grande parte da população brasileira. Bem o previu D. João II ao enviar Pêro de Covilhã à Arábia, à Índia e às terras do Preste João. Bem o previu Fernão Mendes Pinto ao chegar ao Extremo Oriente. Foram eles, de certo modo, precursores de uma política internacional portuguesa, e hoje brasileira, de particular confraternização do luso-europeu com culturas tropicais e orientais e com povos por outros europeus e americanos chamados desdenhosamente de cor.

Ideia que ele volta a afirmar, por exemplo, em entrevista ao jornal português “Diário Popular”, em 1958, ao dizer que cabia ao Brasil grande responsabilidade, que incluía “nossos deveres de solidariedade ativa, e não apenas sentimental, para com os povos de formação lusitana e de língua portuguesa dispersos por meio mundo e que se voltam para o Brasil como para o mais adiantado de seus irmãos.” (FREYRE, 1958).

Essas observações a respeito do lugar que o Brasil devia ocupar no mundo de língua portuguesa eram, como já se disse, marginais no conjunto da produção intelectual de Gilberto Freyre. Sua dedicação à ideia da especificidade da missão civilizadora portuguesa no mundo pode se considerar total. Em virtude do prestígio internacional atribuídos aos seus pioneiros estudos sociológicos sobre a formação social brasileira, essas ideias sobre o mundo criado por Portugal encontraram grande receptividade. Suas ideias constituíram um formidável arcabouço ideológico a proteger o colonialismo português, sobretudo no Brasil. Sua intervenção foi, nesse sentido, decisiva para compensar as debilidades econômicas de Portugal, as quais impediam seu governo enfrentasse as pres-

sões em favor da descolonização operando mecanismos políticos e econômicos, da mesma forma como o fizeram as metrópoles de capitalismo mais desenvolvido.

4. A assinatura do Tratado de Amizade e Consulta concluiu um difícil processo de aproximação política entre Brasil e Portugal. Quando efetivado, o tratado converteu-se em poderoso instrumento jurídico de apoio da diplomacia brasileira às posições assumidas pelo governo português em relação à questão relativa à conservação do Império Ultramarino.

Partiu da diplomacia brasileira a iniciativa de se elaborar um tratado para aproximar os dois países. O embrião foi criado pelo embaixador brasileiro em Lisboa João Neves da Fontoura. Em 1943, buscando restabelecer as boas relações com Portugal – um tanto abaladas, em virtude da desconfiança do governo português quanto à veracidade da negativa brasileira sobre as supostas negociações que teria entabulado com os Estados Unidos para estudar a possibilidade de ocupação à força do arquipélago dos Açores em 1941, devido à resistência do governo português em permitir o uso do arquipélago pelos aliados –, Fontoura apresenta à apreciação do governo de Portugal um projeto de decreto intitulado “Estatuto dos portugueses no Brasil”, por meio do qual o governo brasileiro propunha-se a alterar a situação jurídica dos imigrantes portugueses.

Era essa uma resposta à importante reivindicação feita pelos imigrantes portugueses no Brasil. Desde que a constituição promulgada em 1934 estabeleceria em seu parágrafo 6º do art. 121 restrições à imigração, as organizações portuguesas no Brasil, especialmente a Federação das Associações Portuguesas criada a seguir ao I Congresso dos Portugueses no Brasil, em agosto de 1931, passaram a pressionar as autoridades brasileiras para examinar o caso dos nacionais portugueses separadamente dos demais imigrantes.

A Resolução nº. 34, de 22 de abril de 1939, do Conselho de Imigração e Colonização, já havia alterado a situação inicial. Por ela, os imigrantes portugueses ficavam a salvo do controle numérico. Essa era uma conquista importante. Porém não dava por encerrado o assunto, porquanto continuavam a vigorar as restrições que pesavam sobre as atividades profissionais. A iniciativa de João Neves da Fontoura visava, portanto,

rever o preceito constitucional que impedia os imigrantes portugueses exercerem determinadas atividades profissionais no Brasil.

Curiosamente, as autoridades portuguesas manifestaram-se francamente desfavoráveis ao encaminhamento proposto pelo embaixador brasileiro. Salazar e os demais membros do governo português desejavam que a questão fosse resolvida mediante acordo bilateral. Para eles, enquanto a questão continuasse sob controle unilateral das autoridades brasileiras, haveria sempre a possibilidade de reversão, sem que os interesses dos imigrantes portugueses fossem devidamente protegidos. Apesar da grande simpatia que nutria pelos portugueses, Fontoura recusou-se a dar tal tratamento à questão.

Outras manobras diplomáticas foram ainda tentadas, mas a posição irredutível de Fontoura em admitir tratamento bilateral à questão esfriou a negociação. A independência da União Indiana e a manifestação dos indianos desejosos de integrar Goa ao seu Estado despertaram entre as autoridades portuguesas, no entanto, o desejo de retomar as negociações com o Brasil. O governo português, internacionalmente isolado e sem assento da ONU, entendia ser o apoio brasileiro absolutamente imprescindível para Portugal enfrentar a pressão indiana e manter Goa sob sua soberania. O retorno de Getúlio Vargas à presidência do Brasil em 1950, eleito nesse ano após ter sido apeado por um golpe militar em outubro de 1945, será considerado pelos portugueses como sinal auspicioso, pois o presidente brasileiro era visto como amigo do país.

Nesse novo contexto, o embaixador brasileiro em Lisboa Leão-Gracie apresenta, em 1951, nova proposta intitulada Tratado de Amizade e Consulta. Não obstante os pareceres técnicos negativos argumentando com base na irrelevância econômico-comercial das relações entre os dois países, as negociações evoluíram como era desejo das autoridades portuguesas. Isso se deveu a três fatores. O primeiro deles foi a substituição de João Neves da Fontoura por Vicente Ráo na chefia do Ministério das Relações Exteriores, por conta de reformulação ministerial promovida por Vargas para reforçar sua sustentação política no Congresso. Ráo logo se mostrou interessado nas negociações, atribuindo-lhe especial importância. O segundo fator consistiu na preocupação externada pelo próprio Presidente Vargas com a segurança do Atlântico Sul. Em seu entendimento, o Brasil teria seu litoral mais protegido enquanto Portugal man-

tivesse suas posições na África. Em meio à Guerra Fria em seu clímax naquele momento, julgava o estadista brasileiro ser mais prudente apoiar Portugal, para não ser surpreendido com qualquer mudança que viesse a pôr em risco a segurança do Brasil. A atuação do sociólogo Gilberto Freyre foi o terceiro e último fator a contribuir fortemente para o aprofundamento das negociações para a assinatura de um tratado entre os dois países. Seus livros e as palestras que proferia a respeito de suas viagens ao Império Ultramarino atraíram a atenção de intelectuais e políticos, reforçando a simpatia e acumulando apoio político para as posições internacionais de Portugal.

Por entender que um tratado com Portugal permitiria ao Brasil aproximar-se mais da Europa, elevando o estatuto político do país no meio internacional, Vicente Ráo inverteu a dinâmica do processo negociador passando a apresentar o Brasil como o principal interessado na conclusão das conversações. Tal disposição favorável do ministro brasileiro encorajou a diplomacia portuguesa a externar seu desagrado em face de uma das cláusulas que compunha o projeto de Convenção de Amizade e Consulta. A cláusula em questão era a que estendia a todos os territórios do Império Ultramarino os direitos do imigrante brasileiro.

Os dirigentes portugueses, e Salazar particularmente, eram radicalmente contrários a qualquer negociação que resultasse em permissão para brasileiros se estabelecerem nas colônias. Era ideia consolidada entre eles que, a partir do momento em que brasileiros se estabelecessem com capitais nas colônias, haveria o sério risco de Portugal perder seu controle sobre elas. E Angola constituía o principal objeto de preocupação. Em virtude da proximidade geográfica, das potencialidades econômicas e da integração mantida com o Brasil no passado, Angola devia ser, segundo as autoridades portuguesas, preservada dos interesses capitalistas brasileiros.

A questão Angola era, por assim dizer, a pedra de toque nas relações Brasil-Portugal. Tanto que, quando empresários brasileiros dedicados à cafeicultura, insatisfeitos com a baixa prioridade concedida pelo governo Juscelino Kubitschek aos seus interesses econômicos, decidiram procurar o governo português com o intuito de convencê-lo a abrir as portas de Angola para seus investimentos na cultura e na comercialização do café, receberam imediata resposta negativa. Para o governo português

tudo aquilo que os empresários brasileiros consideravam que seria amplamente vantajoso para a economia do país, como capitais e técnicas aperfeiçoadas, era justamente o motivo da rejeição da proposta.

Vale acrescentar ainda o seguinte: a recusa do governo português em se associar aos interesses da cafeicultura brasileira levou esse setor da economia do país a alterar sua percepção do sistema internacional e a desempenhar papel decisivo na formulação da nova política externa praticada pelo governo que sucedeu o de Kubitschek. De acordo com o enunciado dessa nova orientação política internacional praticada pelo governo de Jânio Quadros, denominada Política Externa Independente, a diplomacia brasileira devia emprestar seu apoio ao processo de descoloniização que se iniciava na África. Tal apoio exprimiria o autêntico interesse nacional brasileiro, uma vez que as colônias africanas ao ascenderem ao estatuto de países independentes deveriam aliar-se ao Brasil para, juntos, melhor negociarem seus produtos tropicais, entre eles o café, no mercado internacional. Enquanto permanecessem colônias, argumentavam os articuladores da nova política, essas economias continuariam na condição de concorrentes da economia brasileira, em benefício das metrópoles europeias, as quais, por sua vez, haviam assinado o Tratado de Roma (março/1957) criando a Comunidade Europeia (Mercado Comum), e começavam a esboçar o Projeto Euráfrica, cuja finalidade era aumentar ainda mais esses benefícios.

É justo observar, igualmente, que essa nova política externa provocou grande reação, por parte dos setores ligados a Portugal. Executada num momento de crise na vida política do país, quando se manifestavam os mais diversos interesses, externando as contradições de uma sociedade que transitara da condição de agrária para urbano-industrial, a Política Externa Independente apresentou-se como verdadeira antecipação do que poderia vir a ser o reformismo de esquerda nos demais domínios da vida pública brasileira. Aos olhos dos setores mais conservadores essa política era inaceitável porque, no concernente a Portugal e África, representava, simultaneamente, abandonar um velho e querido país aliado e expor o litoral do país à situação de insegurança, dado que os africanos eram então considerados incapazes de garantir o autogoverno.

A negociação em torno do tratado unindo Portugal e Brasil foi adiante

nos anos 1951 e 1952, portanto, porque se, por um lado, Portugal recusava-se a admitir o ingresso de brasileiros em suas colônias, conforme as razões ora apontadas, o Brasil, por outro lado, também tinha suas razões para rejeitar um tratado válido para todo o mundo colonial português. Causou certa surpresa aos diplomatas portugueses saber que as autoridades brasileiras se preocupavam com a extensão das facilidades oferecidas aos imigrantes, porque não desejavam se iniciasse um movimento migratório das colônias portuguesas para o Brasil. Verificada a coincidência de posições, segundo a qual as facilidades a serem concedidas aos imigrantes só valeriam caso fossem brasileiros que se dirigissem para a metrópole portuguesa e caso fossem portugueses que se dirigissem para o Brasil, o documento foi prontamente assinado.

O Tratado de Amizade e Consulta foi finalmente assinado em 16 de novembro de 1953. Sua concretização representou extraordinária vitória diplomática de Portugal, pois enquanto a diplomacia brasileira agia para proporcionar melhores condições ao imigrante português e trabalhava visualizando um estranho cenário político, no qual vislumbrava tornar-se ator político europeu por intermédio de Portugal, a diplomacia portuguesa obtinha ganhos políticos valiosíssimos para sua estratégia de defesa do Império Ultramarino.

Na perspectiva da diplomacia comandada por Vicente Ráo, a Guerra Fria formava o ponto nodal das relações internacionais. Em vista disso, a prioridade na política externa devia ser dada às ações que estreitassem os vínculos com a aliança ocidental, pois isso tornaria o país mais protegido da ameaça comunista. No caso específico das relações com Portugal, pretendia-se obter uma aproximação junto à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Em 1957, inclusive, foi atribuída à chancelaria brasileira a autoria da proposta apresentada pelo Presidente do Peru, Manuel Prado, ao Presidente Eisenhower, dos Estados Unidos, para se promover uma articulação entre a OTAN e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Tal proposta, evidentemente, não foi seriamente considerada pela cúpula da organização militar, mas despertou vivo interesse da parte da diplomacia portuguesa.

Já na perspectiva da diplomacia portuguesa, o quadro das relações internacionais era percebido de maneira bem diferente. Segundo os formuladores lusos, a questão nuclear das relações internacionais consistia

na defesa do seu mundo colonial. A soberania sobre as colônias era considerada como a condição básica para Portugal se conservar como ator político válido no sistema internacional. Caso as colônias fossem perdidas, o país se reduziria a uma posição tão insignificante que acabaria se inviabilizando como nação independente. Isso não quer dizer que os portugueses não se preocupassem com a ameaça comunista. Mas, para o governo de Salazar, a ameaça comunista era uma hipótese muito remota. Afinal, no âmbito da política interna, Salazar, na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros, comandava uma ditadura, em perfeita consonância com os interesses dos proprietários e da Igreja católica, que tornara praticamente impossível qualquer mudança radical de orientação política.

Em decorrência dessa prioridade de política internacional, o Tratado de Amizade e Consulta assinado com o Brasil constituiu significativa vitória diplomática. A aliança política formal com o Brasil descortinava novas perspectivas para que a diplomacia portuguesa prosseguisse em seu intuito de não transigir com o anticolonialismo.

No novo sistema internacional que se estruturara ao fim da Segunda Guerra Mundial a posição de Portugal era, à primeira vista, muito frágil. Os princípios que sustentavam seu sistema político estavam em franca contradição com as tendências dominantes no mundo capitalista ocidental. Em virtude da linhagem fascista do seu regime e da simpatia dos seus dirigentes pela Alemanha nazista, Portugal teve acesso à ONU negado, tal como a vizinha Espanha, governada pelo ditador Francisco Franco.

Todavia, a situação política internacional de Portugal era algo diferente daquela da Espanha. A razão da diferença era o arquipélago dos Açores, sob soberania de Portugal. Açores havia sido extremamente importante para o esforço de guerra aliado na luta contra o Eixo. E passou a ser considerado imprescindível para a estratégia ocidental de defesa do Atlântico Norte, o que determinou a inclusão de Portugal na OTAN.

A participação na OTAN proporcionava prestígio político e militar a Portugal. No contexto da Península Ibérica isso representava grande vantagem sobre a Espanha, com a qual Portugal vivia em permanente competição. No entanto, no referente à questão que os portugueses tinham como nuclear das relações internacionais, a participação na grande aliança militar do Ocidente resultava em pouco valor prático. Em face do

seu insuficiente grau de desenvolvimento econômico e do baixo poder de fogo das suas Forças Armadas, Portugal não tinha como influir politicamente nos destinos na organização. Ademais, sua posição geográfica tornava improvável uma ameaça militar soviética direta. Por outras palavras, apesar de toda a importância da OTAN, a organização militar não tinha utilidade para ajudar a guarnecer o mundo colonial português. Essa questão angustiava os militares portugueses, porque em caso de necessidade de ação militar no mundo colonial Portugal não poderia contar com o apoio de todo aquele aparato da OTAN; enfim, só poderia contar com suas próprias forças. Daí, pois, a importância do tratado assinado com o Brasil. Afinal, o principal país da América do Sul, com assento nos principais foros internacionais, especialmente na ONU, era uma ex-colônia que ocupava posição central no Atlântico Sul e que se dispunha a apoiar Portugal diante de uma conjuntura internacional que prometia se tornar cada vez mais adversa.

Inegavelmente, o tratado foi muito bem aceito pelo Congresso Nacional brasileiro. O desequilíbrio na distribuição dos benefícios não foi considerado. A posição pró-lusa do Ministro das Relações Exteriores era acompanhada pela totalidade dos membros do Congresso. No âmbito da sociedade civil, algumas instituições manifestaram-se contrárias ao compromisso bilateral. Entre essas, destacou-se a revista “Anhembi”, que repercutia o sentimento da colônia portuguesa em São Paulo, onde estavam concentrados os opositores do regime de Salazar. Em seu número 38, de janeiro de 1954, a revista assim se colocava ante o tratado:

Que interesse comum internacional poderá existir entre um país totalitário e um país livre? Sob o ponto de vista político, Portugal só poderá interessar ao Brasil no dia em que se libertar de Salazar. Enquanto aquilo for ditadura e isto aqui país livre não há entendimento possível (ANHEMBI, 1954, p.193-294).

No Brasil, o Tratado de Amizade e Consulta teve seu texto ratificado em 30 de abril de 1954; em Portugal, a Assembleia Nacional, ao receber parecer favorável da Câmara Corporativa, aprovou-o por unanimidade em dezembro desse mesmo ano.

A partir de então, a diplomacia portuguesa passou a agir com desenvoltura no sentido de apertar os laços políticos com o Brasil e, acima de tudo, obter das autoridades brasileiras posições inequivocamente favorá-

veis à sua política internacional. Naquela altura, o que mais interessava era garantir junto à diplomacia brasileira apoio explícito à decisão de recusar-se a entregar Goa aos indianos, sob o argumento de se tratar de território português.

Em maio de 1955, o Presidente do Brasil Café Filho visitou Portugal, a despeito da grave crise política por que o país passava, em decorrência do suicídio do Presidente Getúlio Vargas. A temerária viagem, fortemente incentivada pela corrente pró-Portugal do Itamaraty, serviu para dar lustro ao tratado que vinha de ser assinado, assim como apresentar de viva voz aos portugueses a defesa dos objetivos de política externa de Portugal pelo presidente brasileiro. Essa visita foi retribuída em junho de 1957 com a visita do Presidente português Craveiro Lopes ao Brasil. Além da cortesia, a viagem de Craveiro Lopes tinha por principal objetivo pressionar as autoridades brasileiras a organizar uma agenda legislativa para garantir cumprimento às cláusulas previstas no Tratado de Amizade e Consulta. A diplomacia portuguesa via a questão como urgente, e temia que o tratado, a exemplo de outras iniciativas bilaterais anteriores, não fosse devidamente implementado, tornando-se letra morta.

A visita de Craveiro Lopes constituiu grande acontecimento político. Naquela altura, o Brasil era governado pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que tomara posse em janeiro de 1956. Com a elevação de Kubitschek à Presidência da República não houve solução de continuidade nas relações diplomáticas com Portugal. Antes pelo contrário. Sob o seu governo, as relações se tornaram mais complexas, mas também muito mais estreitas.

Imediatamente após eleito, Kubitschek empreendeu longa viagem pelo exterior. Tinha por objetivo safar-se do clima político ainda turbulento e, sobretudo, buscar apoio externo para seu Programa de Metas, mediante o qual pretendia acelerar o processo de modernização do país. Em seu périplo encontrou-se com o Presidente dos Estados Unidos, Eisenhower, e com diversos líderes políticos e empresariais da Europa, com vistas a convencê-los da oportunidade de investir seus capitais no Brasil. Portugal foi a última etapa da viagem. E o encontro com Salazar e com as demais autoridades governamentais portuguesas teve sentido muito diferente dos encontros com os outros líderes políticos europeus e com o norte-americano. A recepção dada a Kubitschek fez fortalecer nele a sim-

patia nutrida pelo país, proporcionando aos anfitriões a satisfação de ouvir que sob seu governo o Brasil continuaria a honrar o Tratado de Amizade e Consulta, bem como a apoiar integralmente as posições políticas internacionais portuguesas. A partir dessa visita do presidente eleito do Brasil ficou consagrada a ideia de que as relações Brasil-Portugal eram substancialmente diferentes das demais, pelo fato de serem relações sentimentais de dois países considerados como irmãos.

Essa concepção das relações Brasil-Portugal acentuada por Kubitschek prevaleceu ao longo de todo seu período governativo, não obstante algumas incômodas questões que foram se acumulando.

Algumas objeções surgiram de dentro mesmo do meio diplomático brasileiro. Diplomatas de segundo escalão, operadores das relações bilaterais, manifestaram, em diversas ocasiões, seu inconformismo quanto à distribuição dos benefícios do apoio brasileiro à política internacional de Portugal, especialmente no relacionado a Goa.

Argumentavam junto à Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores que a causa portuguesa com a Índia era sabidamente sem futuro e profundamente antipática aos olhos dos demais países periféricos, sobretudo depois da realização da Conferência de Bandung, quando os líderes ali reunidos exortaram a ONU a levar a efeito a Carta de São Francisco trabalhando para a descolonização. Segundo esses diplomatas, por estar perfeitamente ciente da inexorabilidade do processo de descolonização e da integração de Goa ao território da União Indiana, Portugal estava pondo em execução uma política de intensa exploração dos recursos do enclave, sem que o Brasil, que arcava com elevados custos políticos, extraísse qualquer vantagem dessa exploração. Como escreveu um desses diplomatas em ofício enviado à Secretaria de Estado, em tom de indisfarçável ironia, ao Brasil competia unicamente proteger as relíquias de São Francisco Xavier, enquanto Portugal cuidava de assuntos mais terrenos e lucrativos.

Outra questão importante a criar algumas dificuldades no relacionamento diplomático entre Brasil e Portugal foi aquela referente ao Acordo Internacional do Café.

Essa era uma questão delicada para ambos os países. Delicada porque Portugal, de um lado, fizera todo o possível para ver prosperar a produção e a exportação de café de Angola para o mercado internacional. Tal

esforço fazia parte da política portuguesa de valorizar economicamente a colônia e transformá-la em colônia de povoamento, para afogar as ideias autonomistas que corriam a África e que inevitavelmente alcançariam Angola. O resultado dessa operação foi o crescimento da produção e a conversão da colônia em relevante exportadora do produto.

Para o Brasil, de outro lado, a questão era delicada porque a queda das exportações de café, causada pela concorrência entre as economias exportadoras, e o conseqüente excesso de oferta no mercado internacional, prejudicava o programa de crescimento industrial do país. Embora o café viesse perdendo importância no conjunto da economia brasileira, e sua representação política houvesse sido deslocada para um plano secundário, o fato é que o governo não podia ignorar as aflições desse setor produtivo, porquanto ainda dependia bastante das divisas geradas pelo café para realizar as importações necessárias à implementação da política industrial.

Por essa razão o governo brasileiro apelou aos demais produtores e também aos principais países importadores para entrarem em acordo, de modo a estabelecer uma política de preços para impedir que a concorrência desenfreada acabasse por prejudicar a todos, indiscriminadamente. Em atendimento ao chamamento do governo brasileiro ao diálogo, numerosas delegações nacionais, assim como representantes de diversos organismos internacionais se reuniram no Rio de Janeiro, em janeiro de 1958, celebrando o Acordo Internacional do Café. As decisões mais importantes do encontro foram a fixação de cotas e a criação de um comitê encarregado de criar a Organização Internacional do Café.

Portugal, porém, resistiu à decisão. Sob o argumento de não poder abrir mão das divisas provenientes da exportação do café, e que a decisão criaria problemas políticos em Angola, o governo português tentou ficar à margem do acordo. As pressões em sentido contrário, no entanto, foram muito fortes. E uma das conseqüências de tal resistência foi desencadear manifestações favoráveis ao processo de descolonização na África, inclusive de Angola, da parte de setores políticos brasileiros que sempre haviam sido favoráveis à política portuguesa.

Diante desse quadro, os setores mais próximos à diplomacia portuguesa, a começar pelos representantes da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, procuraram esclarecer as autoridades de Portugal da inconveni-

ência política de manter aquela posição contrária ao Acordo Internacional do Café. Fizeram ver aos portugueses que a intransigência na questão poderia comprometer o apoio prestado a Portugal pelos brasileiros. Em vista disso, o governo português decidiu mudar sua posição e aderir ao acordo, mas exigindo compensações ao Brasil. Exigiu controle na exportação de vinhos brasileiros, que, segundo os portugueses, concorriam deslealmente com os vinhos portugueses, e exigiu também a aceleração do processo de regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta pelo Congresso Nacional Brasileiro.

O terceiro, e o mais grave problema nas relações Brasil-Portugal na década de 1950, foi o criado pelo pedido de asilo político formulado pelo general Humberto Delgado. Por suspeitar que seria preso pela Política Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), por haver denunciado que as eleições que disputou para preenchimento do cargo de Presidente da República haviam sido fraudadas, e que seria ele o candidato legitimamente eleito, o general Delgado pediu asilo à Embaixada do Brasil em Lisboa. Álvaro Lins, o embaixador brasileiro, até então muito próximo do Presidente Kubitschek e considerado grande amigo de Portugal, por sua vez, não hesitou em conceder ao militar português o asilo solicitado, em 12 de janeiro de 1959.

Por dispor de autonomia para conceder o asilo, já que conseguiu provar haver jurisprudência formada sobre o caso, apesar de não existir acordo específico de concessão de asilo entre os dois países, a decisão de Álvaro Lins não pôde ser anulada pelo Ministro das Relações Exteriores nem pelo Presidente da República. Pressionado pelas autoridades portuguesas e brasileiras e pela imprensa dos dois países para facilitar uma solução para o caso, com o visto de saída de Portugal para Humberto Delgado sem a caracterização do asilo político, Álvaro Lins contou apenas com o apoio silencioso da oposição política de Portugal e com o apoio de parte da intelectualidade brasileira, que começava, nesse período, a substituir a ideia de que o governo de Salazar era um governo paternalista amado por seu povo, pela ideia de se tratar, na verdade, de uma severa ditadura que se apoiava nas forças repressivas para se livrar da oposição e evitar a democratização de Portugal.

O general Delgado acabou alcançando o objetivo pretendido de sair protegido de Portugal para fixar-se no Brasil. Ambos os governos conse-

guiram chegar a um acordo, sem atribuir ao general, no entanto, a condição de asilado político. Tal acordo foi possível mediante a desautorização do embaixador brasileiro pelas autoridades do Itamaraty. Embora a vontade do governo português tenha prevalecido, o caso Delgado despertou a atenção da esquerda brasileira para a situação política de Portugal, ao mesmo tempo em que fez de Álvaro Lins crítico acérrimo das relações diplomáticas do Brasil com Portugal. Em agosto de 1960, por ocasião da viagem do Presidente Juscelino Kubitschek a Lisboa para participar, na condição de coanfitrião junto com o ditador espanhol Francisco Franco, dos festejos relativos ao 5º centenário da morte do infante D. Henrique, quando o Tratado de Amizade e Consulta teve seu texto regulamentado e várias convenções foram então assinadas, a oposição ao apoio diplomático brasileiro à política internacional portuguesa já era bem considerável, apesar do clima de exaltação da amizade dos dois países criado pelos setores mais conservadores brasileiros.

5. O êxito da diplomacia portuguesa em conseguir apoio junto às autoridades governamentais brasileiras para sua política internacional ao longo dos anos 1950 deveu-se, fundamentalmente, à visão dos formuladores brasileiros segundo a qual a luta entre “mundo livre” e comunismo constituía o aspecto principal das relações internacionais, e que Portugal era um aliado altamente confiável e indispensável, uma vez que sua posição anticomunista era firme, consequente e imprescindível para a segurança brasileira no Atlântico Sul. Consoante essa visão do quadro internacional, elaborada e apresentada à nação pelos setores mais conservadores do mundo político e diplomático, a diplomacia brasileira não se negava a funcionar como linha auxiliar da diplomacia portuguesa. De acordo com esses formuladores, as mudanças internacionais que iam se esboçando a partir de episódios como a Conferência Afro-Asiática de Bandung, a Crise de Suez e a luta de libertação na Argélia deviam ser contidas, porque nada mais faziam senão abrir o caminho para a vitória do comunismo em toda parte.

A relação entre Brasil e Portugal primou pela harmonia porque as diplomacias dos dois países racionalizavam as tendências e contratendências do sistema internacional com base numa formação ideológica de cariz convergentemente conservador. Todavia, seu êxito só pôde ser

obtido, em grande medida, pelo significativo apoio prestado pela colônia de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro, então, capital do país. Isto tanto é verdade que, quando a capital do país é transferida para a recém-criada cidade de Brasília, a influência do *lobby* português junto ao Congresso Nacional se enfraquece consideravelmente. Poder-se-ia mesmo avançar a ideia de que uma das condições de possibilidade da Política Externa Independente do Presidente Jânio Quadros, sucessor de Juscelino Kubitschek, naquilo que ela comportava de desalinhamento com a política portuguesa de defesa do Império Ultramarino, consistiu da distância física que passou a separar os órgãos de governo das instituições representativas da colônia portuguesa.

No século XX, os imigrantes portugueses começaram a se organizar politicamente no início dos anos 1930, como já foi observado, para melhor enfrentarem as indiscriminadas restrições que sobre todos os imigrantes passaram a pesar nesse período, decorrentes das medidas governamentais tomadas para superar as dificuldades econômicas mundialmente generalizadas pela crise do capitalismo, que se desencadeou a partir da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em outubro de 1929. Como reflexo desse esforço para se organizar realizou-se, em agosto de 1931, o I Congresso dos Portugueses do Brasil. Dele nasceu, no mesmo ano, a Federação das Associações Portuguesas, cujos objetivos eram: a) exaltar Portugal e Brasil; b) fortalecer os laços de amizade luso-brasileira; c) dar ao Brasil público testemunho da gratidão dos portugueses; d) honrar Portugal, promovendo e patrocinando comemorações e festas de cunho patriótico.

A Federação nasceu sem vínculos com o governo português. O Estado Novo, instaurado em 1933, não aprovava a emigração. Para Salazar, nesse período inicial do seu governo, o emigrante era um traidor, que se recusava a enfrentar as dificuldades para elevar a condição da sua pátria e levava sua força de trabalho para beneficiar a economia de outros países. Em conformidade com essa expressão ingênua de nacionalismo que não reconhecia a existência dos problemas estruturais que empurravam os portugueses para longe do país, o Estado isentou-se de qualquer responsabilidade pelo processo migratório.

Contudo, o não envolvimento com a emigração não suprimiu a vontade dos portugueses de saírem de Portugal em busca de uma vida me-

lhor. O que fez, na verdade, foi provocar sérios problemas sociais, porquanto o lugar do Estado foi preenchido pela iniciativa privada, e muitas vezes por indivíduos inescrupulosos que se aproveitavam da ingenuidade dos emigrantes para se apropriar dos seus recursos. Além disso, em virtude da falta de informações sobre o país para onde se dirigiam, muitos se viam forçados a retornar.

Em vista dessas condições, em outubro de 1947 é criada a Junta de Emigração, submetida à autoridade do Ministério do Interior. O propósito da junta era controlar, moralizar e se beneficiar com as remessas de numerário feitas pelos emigrantes para os familiares que deixavam em Portugal. Com essa mudança o governo passa não só a deixar de ver o emigrante de maneira negativa, como chega mesmo a estimular a emigração. O resultado dessa nova política foi o expressivo crescimento do número de emigrantes. Na década de 1950 foram mais de 243 mil portugueses a se transferir para o Brasil.

A execução da nova política migratória pela Junta de Emigração e o crescimento do número de emigrantes que se dirigiam para o Brasil coincidiram com a ofensiva diplomática portuguesa junto ao governo brasileiro para providenciar a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta e com a publicação dos livros de Gilberto Freyre, nos quais o sociólogo brasileiro exaltava as virtudes da colonização portuguesa. O resultado dessa convergência de fatores foi o forte engajamento da colônia portuguesa na defesa da política internacional de Portugal. Embora o governo português jamais tenha se proposto a monitorar politicamente a colônia, esta se constituiu numa força política independente muito importante em favor das posições definidas por Lisboa.

As Casas Regionais, os jornais “A Voz de Portugal” e o “Mundo Português” e os centros culturais como o Real Gabinete Português de Leitura e o Liceu Literário Português, onde se fazia difusão da obra dos grandes escritores portugueses como Eça de Queiroz e Luís de Camões, formavam um dispositivo atuante e eficiente de propaganda. Mediante política criteriosa de cooptação de políticos, sempre interessados nos votos dos descendentes dos imigrantes, e de jornalistas, sempre sensíveis a convites para viajar a Portugal e a receber as condecorações que as autoridades portuguesas nunca economizavam, a causa portuguesa tinha trânsito livre.

Como evidenciado, a defesa da posição portuguesa em Goa foi a primeira grande manifestação decorrente dessa articulação entre imigrantes portugueses e mundo político e jornalístico do Brasil. A tese apresentada por Portugal para enfrentar a pressão em favor da independência das colônias, segundo a qual Portugal não tivera atuação colonizadora, mas sim civilizadora e cristianizadora, foi amplamente encampada por aqueles que modelavam a opinião pública brasileira. Alguns chegaram mesmo a argumentar que essa característica tipicamente lusa já havia se demonstrado na história do Brasil. Essa unanimidade política em torno das relações luso-brasileiras e da política internacional de Portugal, como já foi observado, só veio a ser quebrada já no final da década, em virtude do contato do embaixador Álvaro Lins com a realidade política portuguesa e da sua corajosa disposição de conceder o asilo político ao general Humberto Delgado.

Apesar, enfim, de haverem sido obrigados a se retirar de Portugal em face das insuficiências econômicas decorrentes da estrutura socio-política mantida pelos dirigentes do Estado Novo, os imigrantes portugueses no Brasil, movidos por intenso sentimento de amor à pátria, desempenharam relevante papel político de apoio às diretrizes traçadas pelo governo do seu país, tornando-se responsáveis, em grande medida, pelo seu sucesso.

6. A título de conclusão, deve-se observar que as relações Brasil-Portugal após o período aqui analisado nunca deixaram de primar pela compreensão e pelo entendimento mútuo. Mesmo no período da Política Externa Independente não houve ruptura. Quando os militares romperam a ordem constitucional em março de 1964 e empalmaram o poder de Estado, a posição de crítica ao colonialismo foi suprimida, voltando o Brasil à plena harmonia com Portugal. No entanto, o desenvolvimento industrial do Brasil somado às mudanças no sistema internacional e as mudanças políticas havidas em Portugal foram fazendo com que o estilo da relação fosse também mudando. Dessa maneira, pode-se hoje dizer que as relações luso-brasileiras nos anos 1950 foram intensas e especiais, como nunca mais se viu.

* Observação: O presente trabalho tem por base o livro publicado pelo autor, intitulado “O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal (do Tratado de Amizade ao Caso Delgado)”. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais / Universidade de Lisboa, 2003. Para não cansar o leitor deste artigo com número excessivo de notas de rodapé, o autor optou por notificar apenas as referências a livros de terceiros e as transcrições.

REFERÊNCIAS

- ANHEMBI. São Paulo, v. 13, n. 38, p. 293-294, jan. 1954.
- BULL, H. The revolt against the west. In: BULL, Hedley; WATSON, Adam. **The expansion of international society**. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- FREYRE, G. **Aventura e rotina** – sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- _____. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- _____. **Integração portuguesa nos trópicos**. Lisboa: [s.n.], 1958. p. 9.
- _____. Ainda sobre a importância do mar para o Brasil. **Diário Popular**, Lisboa, 5 ago. 1958.
- _____. **O mundo que o português criou**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.